Literatos versus Iluministas na Revolução Francesa

Selvino Antonio Malfatti – Instituto de Filosofia Luso-brasileira – Lisboa – Portugal

Doutor em Filosofia – Universidade Gama Filho – Rio de Janeiro

E-mail: selvinomalfatti@hotmail.com

Fone: (55)3259-1505

Data de recepção: 11/02/2016

Data de aprovação: 26/02/2016

Resenha de: JONATHAN, Israel. *La Rivoluzione Francese: Una storia intellettuale dai diritti dell'uomo a Robespierre*. Tradução, P.Di Nunno e M. Nani. Torino, Einaudi, 2016.

Foi lançado na Itália o livro *La Rivoluzione Francese: Una storia intellettuale dai diritti dell'uomo a Robespierre* de Israel Irvine Jonathan pela Editora Einaudi.

Israel Jonathan nasceu em Londres em 1946. Dedicou-se à pesquisa da história holandesa, o iluminismo e judaísmo na Europa. Leciona História Europeia Moderna no Instituto de Estudos Avançados, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.

Neste livro são trazidos alguns fatos novos e uma revisão interpretativa. Entre os fatos novos consta que no Terceiro Estado não havia nenhum homem de negócios, banqueiro, empresário. Não havia nenhuma pessoa que se ocupasse com afazeres típicos da burguesia. Já Burke havia se apercebido disto, qual seja, a alta porcentagem de advogados dedicados à literatura presentes na Assembleia. Pululavam jornalistas, escritores, professores, livreiros, padres, “non nobres” e alguns filósofos. Por isso, as lideranças da revolução não representavam nenhuma categoria social específica. Dizia um panfleto da época que se houvesse algum intelectual que se emocionasse com os acontecimentos de Paris era NÃO francês. O historiador François Furet simplesmente denominou de democratismo o que os jacobinos praticavam. Da mesma forma, em Portugal, o movimento político do vintismo e setembrismo, seguidor daquela ideologia, foi classificado por Joel Serrão de democratismo. Temos então uma vertente nova e uma nova interpretação. Nisso está o mérito de Jonathan.

O autor da *La Rivoluzione Francese* distingue dois braços do Iluminismo: o de Locke e Newton, reformista, deísta, inclusive comprometendo-se com as confissões cristãs. E o de Spinoza, radical, materialista, ateu e demagogo. Inicialmente se pensou que os revolucionários, mormente a ala hegemônica dos jacobinos, fossem iluministas radicais. Mas, sob um olhar sobre a composição, sua origem social e suas atividades econômicas, percebe-se que os iluministas da academia – filósofos e cientistas – que tomaram parte nos Estados Gerais de 1789 eram um mínimo. Condorcet, por exemplo, arquiteto da revolução, não conseguiu se eleger. Sièyes foi eleito por um fio. Bailly foi eleito, mas, como ele mesmo explicou: foi uma exceção. O confronto verificou-se logo de início: de um lado os homens de letras e de outro os acadêmicos, pessoas de ciência. Somente dez, dos mil e duzentos deputados, eram filósofos ou cientistas iluministas; os demais homens de letras.

No que se refere ao conteúdo ideológico, não foi a ala dos iluministas da linha de Voltaire, mas sim os de Rousseau, como Robespierre, Danton e Marat, que conduziam os rumos da Revolução. Condorcet, por exemplo, que não pertencia ao grupo, foi preso e acabou seus dias na prisão. Logo de início emerge uma tensão entre os homens de ciência, os filósofos ou iluministas e os homens de letras, literatos e contrários à ciência. Vale lembrar a primeira obra premiada de Rousseau: se a ciência e as artes fazem os homens felizes. E a resposta foi: não. Teria havido uma ligação ideológica entre o Terror e os princípios revolucionários? A filosofia estaria relacionada com o filosofismo, republicanismo, materialismo, ateísmo e perversão moral? Tudo indica que não, haja vista que os filósofos do período de 1789 a 1793 foram brutalmente mandados à guilhotina por Robespierre. Os sobreviventes afirmam obstinadamente que a ideologia da revolução era distinta e contrária à filosofia dos iluministas. A inspiração foi buscada em Rousseau, cujo conteúdo se inspirava num obsessivo puritanismo moral, mesclado de autoritarismo, anti-intelectualismo e xenofobia.

Conforme Jonathan, da mesma forma que hoje não se pode explicar a Revolução Francesa através da luta de classe, também não se pode admitir que não foi essencial ou contingente a ruptura entre Igreja católica e Revolução. O impulso anticristão foi essencial e se manifestou desde o início, como se pode observar pela atuação de Robespierre. Defendia-SE que a religião, como um dos componentes do contrato social, deveria continuamente ser tutelada, isto é, limitar-lhe a autonomia. O contrato social civil deveria sobrepor-se ao religioso. A religião fazia parte do contrato e não podia ser considerado um órgão autônomo ou independente. A descristianização foi um componente essencial da Revolução e a acompanhou no precedente, no desenrolar e no ulterior desdobramento.

Jonathan pretende desmascarar o mito de que foram os iluministas que inspiraram a Revolução. Para ele exatamente este mito dificulta a compreensão dos fatos. Entende que a Revolução foi obra e graça de quem não entendia de filosofia ou ciência. Foi obra de ficção literária que passava ao largo e longe do pensamento filosófico, como de Locke, e científico como de Newton. Quando a oposição se avolumou o apelo foi o Terror, mandando para guilhotina qualquer dissidente ou opositor.

Da mesma forma, Jonathan pensa que não foi uma matriz radical do Iluminismo que animou a Revolução. Simplesmente pensa que houve pouco, quase nada, de iluminismo na Revolução. Houve, sim, uma ideologia sui generis cujo ápice e esboço natural foi o Terror. Um a um os seguidores que creram que fosse Iluminismo deserdaram ou foram mortos. Foi o que aconteceu com o francês Condorcet, prisioneiro até a morte; com o americano Paine, fugitivo e adepto do culto da razão; Cloots, mandado para guilhotina por Robespierre. Assim, um a um os opositores eram eliminados e, um após outro, entre eles próprios se autoeliminavam.